



Condições Económicas

Rendimento e Consumo

INDICADORES SELECIONADOS

- Remuneração média mensal (ganho)
- Quociente entre os percentis 80 e 20 da remuneração média mensal (ganho)
- Pensionistas de invalidez e sobrevivência por 1000 habitantes
- Beneficiários do Rendimento Social por 1000 habitantes
- Levantamentos multibanco
- Automóveis ligeiros por 1000 habitantes
- Lares com acesso à Internet

LEITURA DO TEMA

A avaliação da Qualidade de Vida de uma cidade em termos económicos passa, nomeadamente, por uma análise das dimensões do rendimento e consumo, já que estas têm consequências directas no nível de vida dos indivíduos sendo igualmente fundamentais para aferir de um centro urbano enquanto núcleo de actividades produtivas.

Os indicadores seleccionados pretendem analisar os níveis de rendimento e de consumo dos residentes e dos utilizadores da cidade em termos médios, mas também detectar disparidades existentes, que poderão traduzir eventuais segmentações sociais ou espaciais na cidade.

O indicador **Remuneração média mensal (ganho)** é calculado com base na informação recolhida através do inquérito Quadros de Pessoal, o qual não abrange a Função Pública nem os Profissionais Liberais.

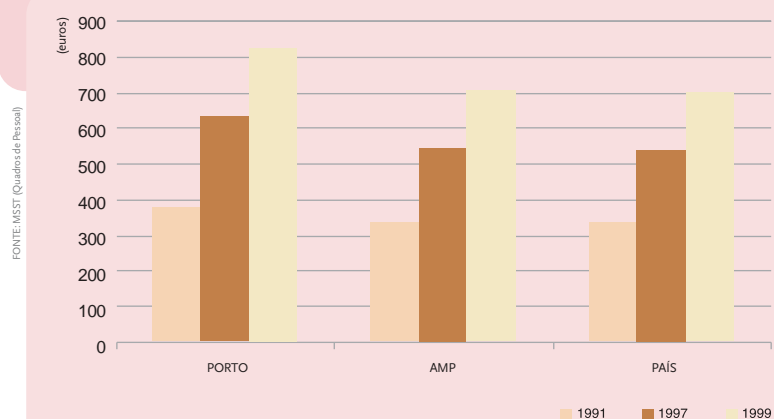
Dados comparativos do Urban Audit
I: **Rendimento médio semanal dos agregados familiares – 1991/1997.**

Média: 347 euros
Mínimo: 232 euros (Lille, 1995)
Máximo: 535 euros (Leeds, 1996)
Número de cidades da amostra: 32

Os quatro primeiros indicadores seleccionados pretendem aferir do nível e da evolução recente dos rendimentos na cidade do Porto.

No que diz respeito à remuneração média mensal (ganho) auferida pelos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos sediados no concelho do Porto, verificava-se que, em média cada um desses trabalhadores ganhava, em 1991, 377 euros, tendo esse valor passado para 822 euros em 1999. Estes valores são superiores aos valores médios registados para a AMP e para o País (nestas duas zonas os valores médios são praticamente iguais): mais 13% no primeiro ano e mais 17% no segundo.

REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL (GANHO)



Entrando em linha de conta com a inflação verificada, podemos analisar este indicador a preços constantes (deflacionado pelo índice de preços no consumidor).

Mesmo a preços constantes constata-se um significativo aumento entre 1991 e 1999 (particularmente significativo entre 1997 e 1999) tendo a remuneração média mensal, no Porto, passado de 377 para 822 euros, o que equivale a uma taxa média anual de crescimento de 5,5%, enquanto que a mesma taxa calculada para o País é da ordem dos 4,8%.

No seu conjunto, os dados apresentados evidenciam, assim, um claro ganho real do poder de compra na cidade do Porto.

Convém realçar mais uma vez que a análise efectuada tem por base os dados dos Quadros do Pessoal, não contemplando, portanto, a totalidade dos trabalhadores. Este facto é particularmente relevante quando se compara com outros indicadores semelhantes mas obtidos a partir de metodologias diferentes.

Para complementar a informação sobre a remuneração média mensal recorreu-se a um indicador de disparidade salarial. Nesse sentido, utilizou-se o quociente entre os percentis 80 e 20 da remuneração média mensal.

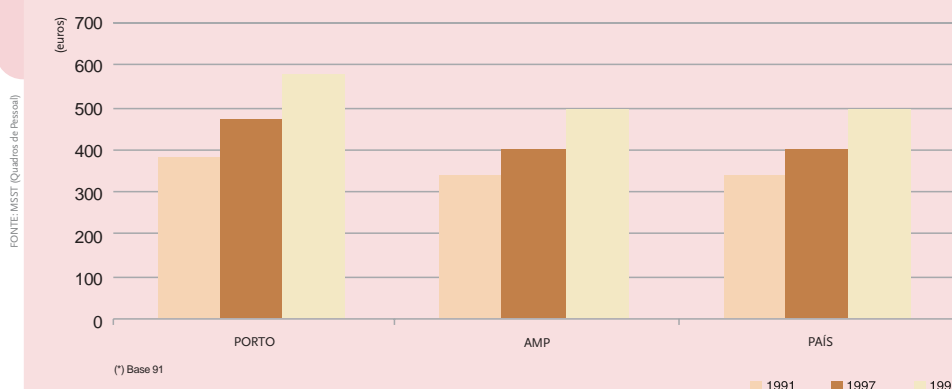
Constata-se que na cidade do Porto este quociente é mais elevado do que nos restantes âmbitos geográficos considerados (2,73 sendo o correspondente valor de 2,37 na Área Metropolitana e de 2,39 a nível nacional), traduzindo uma maior disparidade salarial.

Esta maior disparidade salarial verificada no Porto, que indicia uma maior segmentação sócio-económica, também existe quando se compara a situação em Portugal com o resto da Europa. Como informação complementar e embora com um âmbito de inquirição diferente e relativo não à remuneração mas ao rendimento disponível, apresenta-se na caixa ao lado os quocientes entre os percentis 80 e 20 do rendimento disponível nos países da União Europeia. A disparidade verificada em Portugal é bastante superior à média europeia, só acompanhada pelo caso da Grécia e, a maior distância, pelo da Espanha.

Um dos grupos mais vulneráveis em termos de rendimento e, consequentemente, de consumo, é o dos pensionistas por invalidez e sobrevivência.

O indicador **Quociente entre os percentis 80 e 20 da remuneração média mensal** é uma medida de dispersão dos salários, comparando os que ganham mais com os que ganham menos, mas excluindo os casos mais extremos (os 20% dos trabalhadores que ganham mais e os 20% que ganham menos). Assim, o percentil de ordem 80 é o valor abaixo do qual se verificam 80% dos salários reportados (nos Quadros de Pessoal) e, portanto 20% dos salários têm um montante acima daquele valor. De igual forma, o percentil de ordem 20 é o valor abaixo do qual 20% dos salários são inferiores e 80% são superiores.

REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL (GANHO) A PREÇOS CONSTANTES*



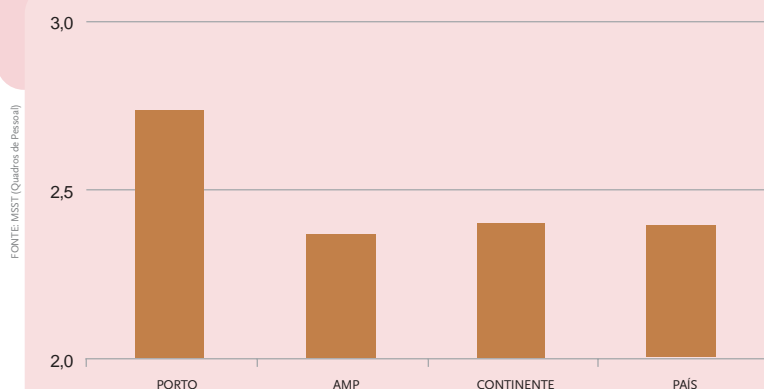
Desigualdades na distribuição do rendimento (quociente entre os percentis 80 e 20).

Bélgica:	4,2
Dinamarca:	3,2
Alemanha:	3,6
Grécia:	6,2
Espanha:	5,7
França:	4,4
Irlanda:	4,9
Itália:	4,9
Luxemburgo:	3,9
Holanda:	3,7
Áustria:	3,7
Portugal:	6,4
Finlândia:	3,4
Suécia:	3,2
Reino Unido:	5,2
UE 15:	4,6

Fonte: Eurostat (General Statistics)

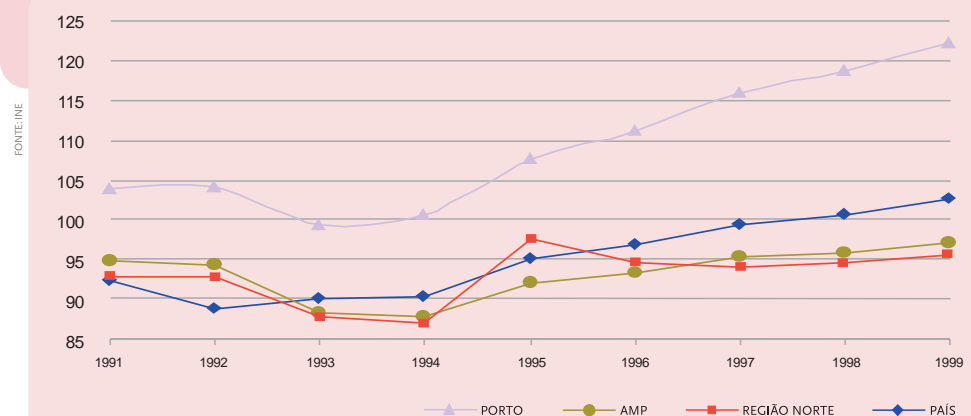
Nota: Os valores apresentados pelo Eurostat foram calculados com base no rendimento total disponível.

QUOCIENTE ENTRE OS PERCENTIS 80 E 20 DA REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL (GANHO) (1999)



A evolução dos pensionistas por invalidez e sobrevivência por 1000 habitantes na cidade do Porto, na década de 90, que acompanha o próprio crescimento da população idosa, foi no sentido de um crescimento gradual, tendo passado de 104 pensionistas por 1000 habitantes em 1991 para 122 pensionistas por 1000 habitantes em 1999. Fazendo uma análise comparativa com os restantes âmbitos geográficos, é também na cidade do Porto que se encontram os valores mais elevados para o indicador ficando consideravelmente acima de qualquer um desses âmbitos, o que poderá traduzir uma maior fragilidade do tecido social no caso do Porto.

PENSIONISTAS DE INVALIDEZ E SOBREVIVÊNCIA
POR 1000 HABITANTES



O indicador **Beneficiários do Rendimento Social por 1000 habitantes** traduz o peso dos indivíduos que não conseguem, pela via do trabalho, obter os rendimentos necessários para a sua subsistência dependendo assim de uma prestação social. Permite, assim, avaliar a dimensão do estrato de população que vive num limiar mínimo de sobrevivência, o mesmo é dizer, a população em situações de forte precariedade económica e eventual risco de exclusão social.

Beneficiários do Rendimento Social
por 1000 habitantes.

	R. Norte	País*
1998	30,85	32,10
1999	45,69	45,17
2000	48,80	47,02
2001	40,81	39,14

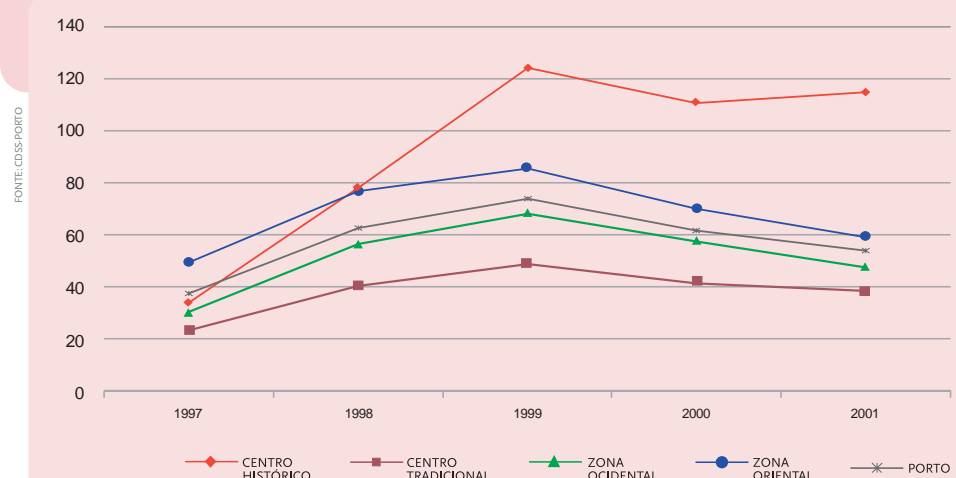
* Não inclui R. A. da Madeira

Fonte: Segurança Social

Nota: Até 2001 os dados referem-se ao denominado «Rendimento Mínimo Garantido»; a partir desta data passam a referir-se ao «Rendimento de Inserção Social».

Deve, contudo, atender-se ao facto de, tratando-se de uma capitação, o decréscimo populacional da cidade influenciar os valores do indicador já que, em termos absolutos, o número de pensionistas naqueles dois anos foi praticamente o mesmo, da ordem dos 31.500. Esta situação não deixa de reforçar a ideia de que a perda de população residente no Porto se trata de um fenómeno «selectivo» do ponto de vista etário, que contribui para o envelhecimento demográfico. A nível nacional, e em termos absolutos, o número de pensionistas por invali-

BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL
POR 1000 HABITANTES



dez e sobrevivência aumentou naquele período, passando de cerca de 910.000 em 1991 para mais de um milhão em 1999, o que corresponde a um aumento de 13%.

Ainda no intuito de analisar o consumo do ponto de vista dos grupos mais vulneráveis, utilizaram-se os dados referentes aos Beneficiários do Rendimento Social.

Desde 1997 (ano de implementação da medida, então denominada Rendimento Mínimo Garantido) que o número de beneficiários tem subido gradualmente na cidade, atingindo o valor máximo em 1999 com 73,9 beneficiários por 1000 habitantes. Internamente, constata-se que é no Centro Histórico que este indicador atinge o valor mais elevado (cerca de três vezes superior à média nacional), o que traduz bem a concentração, nesta área, de situações de forte precaridade sócio-económica.

Uma outra componente a ter em conta na caracterização do quadro de vida numa cidade prende-se com as tendências em termos de consumo, fundamentais para avaliar o dinamismo da economia urbana.

Os levantamentos efectuados nas caixas Multibanco são utilizados como uma *proxy* para o consumo. É um indicador relacionado com a população utilizadora da cidade (residente ou não) e não se trata, obviamente, de um indicador do consumo global.

Em 2002 o total de levantamentos nas caixas multibanco existentes no Porto atingiu os 771 milhões de euros, o que equivale a um pouco menos de 5% do total verificado a nível nacional, valor que corresponde aproximadamente ao peso estimado da população presente na cidade ao longo do dia. A preços constantes a evolução é, logicamente, menos acentuada, ficando o aumento verificado um pouco abaixo dos 5% para o período dos dois anos considerados. Nesse mesmo período, o crescimento a nível nacional atingiu quase 30%, a que não será estranha a maior generalização da rede de multibancos verificada no país nesse período, sendo que no caso do Porto essa mesma rede já se encontrava estabilizada.

LEVANTAMENTOS MULTIBANCO NO PORTO



Lares com acesso à internet é um indicador que permite medir até que ponto cresce o número de lares com acesso à internet, significando isso que haverá um segmento da população que tem rendimentos para aceder a este serviço que é, claramente, um bem de consumo médio/superior.

Lares com acesso à Internet (%).

	Portugal	UE15
1998	3,4	8,3
1999	4,0	12,0
2000	18,1	28,4
200	26,1	37,7

Fonte: Eurostat

Nota: Apenas estão disponíveis dados para o País.

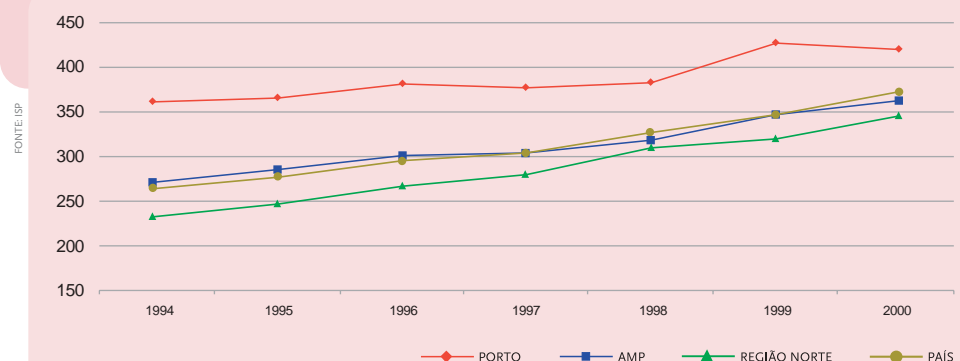
Não foi possível obter dados para o concelho do Porto sobre o número de lares com acesso à internet, outro dos indicadores de consumo seleccionados. Indicam-se, como referência, os correspondentes valores a nível nacional e dos 15 países da União Europeia, os quais revelam uma tendência de aproximação de Portugal relativamente à média europeia.

O indicador, automóveis ligeiros por 1000 habitantes, representa também um indicador de consumo que, dizendo respeito a um bem que não é de primeira necessidade, traduz um nível de rendimentos mais elevados da população.

Com 420 automóveis ligeiros por 1000 habitantes em 2000, o indicador assume no Porto valores claramente superiores aos registados em qualquer um dos outros âmbitos geográficos. Saliente-se, contudo, que a dimensão do parque automóvel no Porto não se pode associar exclusivamente ao consumo das famílias, dado o peso relevante das empresas aqui sediadas. A evolução ao longo do período temporal considerado, que acompanha o aumento real do poder de compra da população já referido anteriormente, foi sendo gradual, com aumentos significativos em todas as regiões consideradas, embora menos acentuado no caso do concelho do Porto, o que seria expectável atendendo ao mais elevado valor de partida.

Os dados agora analisados reportam-se ao número de veículos com apólice de seguro em vigor, pelo que qualquer comparação feita com outras fontes de informação, em particular as que utilizam o número de veículos registados, deve ser feita com precaução.

AUTOMÓVEIS LIGEIROS POR 1000 HABITANTES



Mercado de Trabalho

INDICADORES SELECIONADOS

- Postos de Trabalho por 1000 habitantes
- Dirigentes e trabalhadores com qualificação média e superior
- Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

LEITURA DO TEMA

A dimensão e as características do mercado de trabalho são factores fundamentais na análise da dinâmica e do desempenho económicos de um centro urbano. A existência de um importante pólo de emprego induz consequências positivas não só ao nível da qualidade de vida da cidade mas também do ponto de vista da qualidade de vida individual.

Um aspecto fundamental de uma cidade enquanto núcleo de actividade económica é a sua dimensão como centro empregador, não só para a população residente mas também para a população dos territórios envolventes.

Em 2001, havia cerca de 220.000 pessoas que trabalhavam na cidade do Porto, o que equivale a 829 postos de trabalho por 1000 residentes. Este valor é significativamente superior aos 484 por 1000 que se verifica na Área Metropolitana do Porto e aos 449 por 1000 existentes no País.

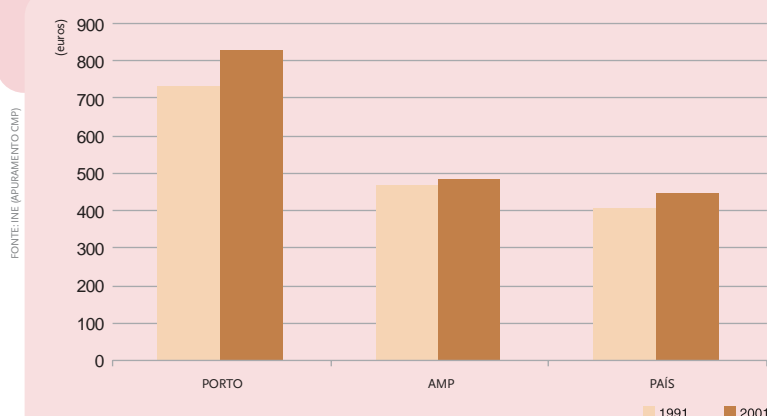
Dessas 220.000 pessoas que trabalhavam no Porto só cerca de 40% é que aí residiam, o que significa que mais de 130.000 pessoas se deslocam à cidade do Porto por motivos de trabalho. O Porto surge assim como um forte pólo de atracção de emprego, o que traduz a importância da sua economia em termos regionais, do ponto de vista do volume de emprego.

Entre 1991 e 2001, o emprego existente na cidade do Porto sofreu um muito ligeiro decréscimo (-1,6%), ao contrário do registado na AMP e no País, em que se verificaram aumentos de 11,6% e 15,9%, respectivamente. A acentuada quebra da população residente na cidade do Porto naquele período implicou, contudo, uma subida mais acentuada no indicador utilizado do que o verificado nas outras áreas geográficas consideradas.

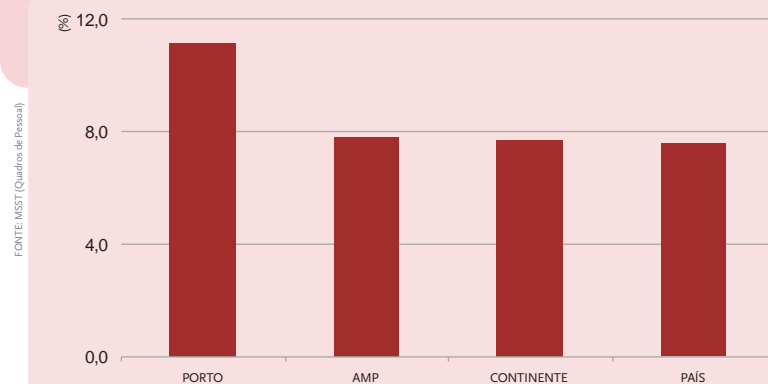
Os crescentes desafios que a globalização coloca às economias tornam indispensável a qualificação dos recursos humanos, pelo que a existência de trabalhadores qualificados, polivalentes e com capacidade de adaptação a novas situações é um factor importante de competitividade de uma cidade. Para analisar a composição da força de trabalho, procurou-se avaliar o peso dos dirigentes e trabalhadores com qualificação média e superior no total de trabalhadores.

Os números apresentados para os **postos de trabalho** existentes em cada uma das áreas geográficas foram calculados a partir dos Recenseamentos da População de 1991 e de 2001.

POSTOS DE TRABALHO POR 1000 HABITANTES



DIRIGENTES E TRABALHADORES COM QUALIFICAÇÃO MÉDIA E SUPERIOR (1999)



O valor obtido para o concelho do Porto é mais elevado do que nos outros âmbitos geográficos considerados. Mas a leitura destes dados deve ser feita com precaução dado que os valores apenas se referem aos trabalhadores por conta de outrem inquiridos no âmbito dos Quadros de Pessoal, ficando por isso excluídos os dirigentes e trabalhadores com qualificação média e superior da Administração Pública e os profissionais liberais.

O desemprego aparece negativamente associado à qualidade de vida de uma cidade, não só pelo que traduz em termos de depreciação da cidade enquanto núcleo de actividades produtivas, mas também devido às suas consequências negativas no que diz respeito à qualidade de vida individual, quer em termos económicos quer em termos sociais.

Nos últimos três anos, a média anual do número de inscritos no Centro de Emprego do Porto tem-se mantido relativamente estável, com valores próximos dos 12.000 indivíduos, embora apresentando alguma flutuação ao longo dos meses e evidenciando um certo crescimento no último semestre de 2002.

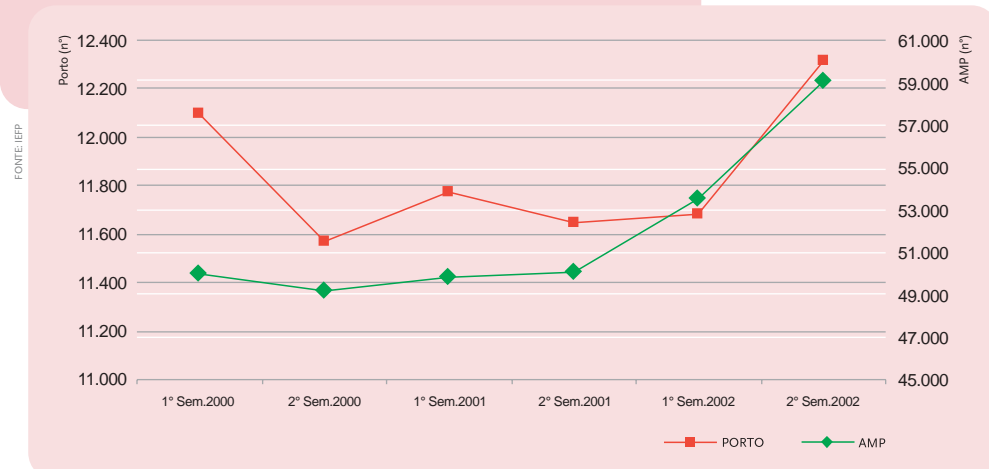
A nível da Área Metropolitana do Porto essa relativa estabilidade só se verifica nos dois primeiros anos, registando-se um significativo acréscimo do número de inscritos nos Centros de Emprego ao longo de todo o último ano, o que se traduziu num aumento anual de 13%. Assim, no final desse ano os inscritos na AMP já ultrapassavam os 59.000, em contraste com os cerca de 50.000 que existiam nos dois anos precedentes.

Para a análise do desemprego foram considerados apenas os inscritos nos Centros de Emprego (à procura de um novo emprego ou de um primeiro emprego). Os valores apresentados correspondem às médias relativas aos diferentes intervalos de tempo considerados.

Taxa de desemprego em 2001:

UE: 6,2%
OECD: 6,7%
Portugal: 4,3%.

DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO



Verifica-se, assim, um claro aumento do desemprego na AMP em 2002, que parece estar também a atingir o concelho do Porto, embora com algum desfasamento temporal.

Podemos, ainda, constatar que existem algumas diferenças que merecem uma atenção particular entre os desempregados inscritos no Porto e na AMP no ano de 2002. Ao nível da escolaridade existem diferenças significativas, sendo menor o peso de indivíduos com menos de 6 anos de escolaridade (63% na AMP contra 56% no Porto) e maior o número de diplomados inscritos no Porto (12% para um pouco mais de 7% na AMP). Isto traduz, desde logo, as baixas qualificações dos desempregados que dificultam a sua inserção no mercado de trabalho, nomeadamente em profissões mais qualificadas.

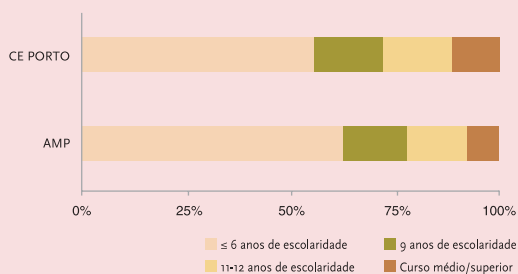
Preocupantes são também os valores relativos ao tempo de inscrição, que traduzem um peso considerável do desemprego de longa duração. Como se pode constatar, são os inscritos há 12 meses ou mais que predominam, constituindo quase metade do total dos inscritos (45% no Porto).

Também no que diz respeito ao sexo dos inscritos existem diferenças entre as duas áreas geográficas, com o número de desempregados na AMP sendo predominantemente do sexo feminino (56%) ao contrário da situação na cidade do Porto.

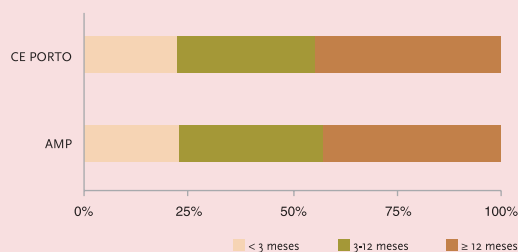
Em termos de inscritos por grupo etário salienta-se o envelhecimento dos desempregados (36% dos inscritos no Porto têm 50 ou mais anos), sendo a maioria dos desempregados da faixa etária dos 25 aos 49 anos.

FONTE: IEFP

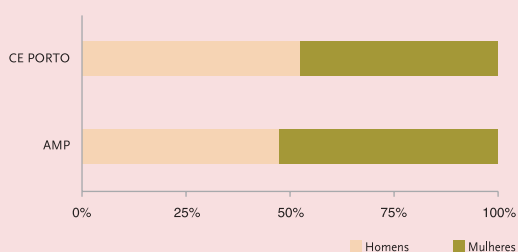
Desempregados inscritos por nível de escolaridade – 2002



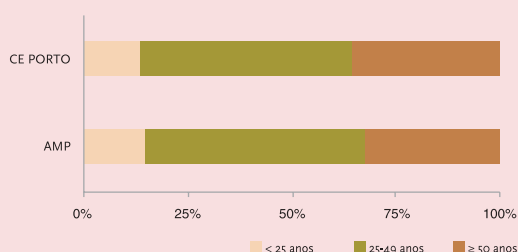
Desempregados inscritos por tempo de inscrição – 2002



Desempregados inscritos por sexo – 2002



Desempregados inscritos por grupos etários – 2002



Mercado de Habitação

INDICADORES SELECIONADOS

- Custo médio de aquisição
- Custo médio de arrendamento
- Licenças emitidas de reconstrução

LEITURA DO TEMA

Os custos de habitação constituem indicadores síntese relativamente a várias componentes da qualidade de vida, reflectindo um conjunto de externalidades benéficas da cidade, ou seja, um conjunto de aspectos atraentes da cidade que exercem um papel importante na escolha residencial dos indivíduos.

Monitorizar os resultados em termos de reconstrução permite avaliar o esforço levado a cabo na cidade em termos de reabilitação, o qual, por seu lado, se traduz na melhoria do seu parque habitacional.

O Sistema de Indicadores de Preços na Construção e Habitação é um projecto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a partir da inquirição das instituições de crédito para obtenção dos valores de avaliação bancária (incluindo fogos novos e usados).

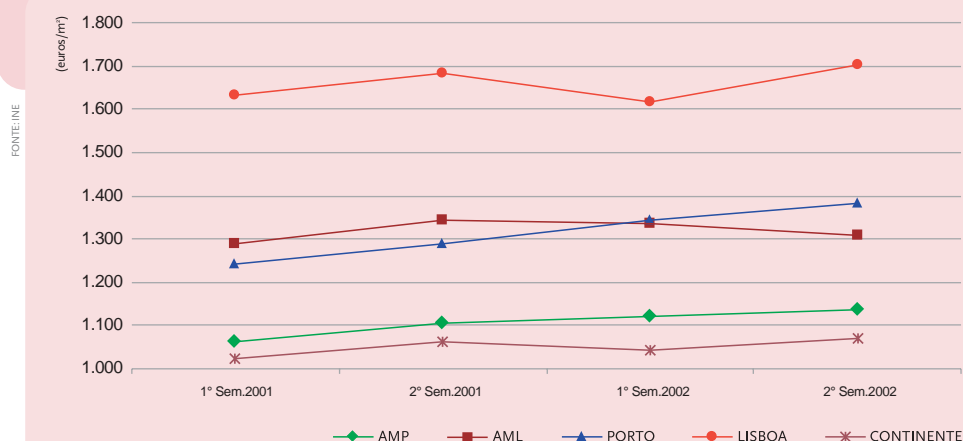
O mercado habitacional em Portugal é actualmente caracterizado pelo elevado peso da habitação própria, assumindo o arrendamento uma menor importância.

No 2º semestre de 2002, o custo médio de aquisição na cidade do Porto era de 1.382 euros por m², o que traduz uma variação de cerca de 7% relativamente ao período homólogo do ano anterior, valor superior ao da taxa de inflação verificado naquele período.

Trata-se de um valor claramente superior ao verificado na Área Metropolitana do Porto (1.137 euros/m²) e ao do Continente (1.070 euros/m²), só ultrapassado pelo registado na cidade de Lisboa em que o custo médio de aquisição atingiu, na mesma altura, 1.702 euros por m².

Do ponto de vista intra-urbano, os dados disponíveis para a cidade do Porto mostram algumas disparidades que importa reter, destacando-se claramente a Zona Ocidental com valores médios muito superiores às restantes zonas consideradas, situação que denuncia a existência de um fenómeno de fragmentação sócio-territorial da cidade.

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO

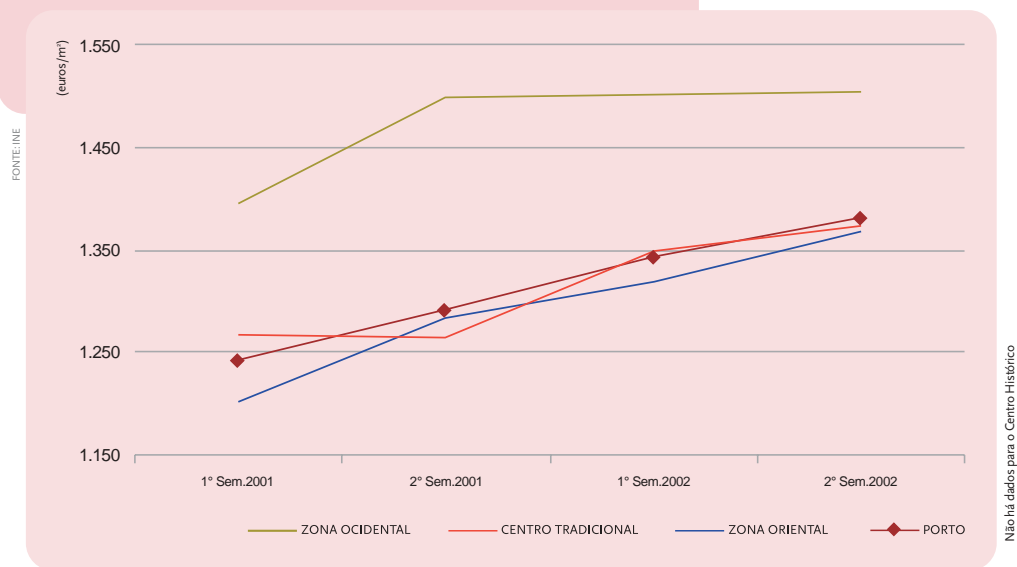


Na perspectiva do arrendamento, constata-se uma maior homogeneidade nas diferentes zonas consideradas, com valores médios de arrendamento, no 2º semestre de 2002, entre os 6 e os 10 euros por m² de área útil para casas destinadas à habitação.

Não obstante essa relativa homogeneidade, a Zona Ocidental volta a aparecer como habitacionalmente mais atractiva com valores de arrendamento mais elevados, destacando-se ainda a Zona Oriental pela crescente subida de valores que se tem vindo a verificar ao longo do período considerado.

A análise das licenças emitidas de reconstrução constitui uma abordagem complementar das dinâmicas relacionadas com o mercado de habitação. Este indicador pretende sobretudo avaliar o esforço na recuperação dos edifícios, esforço este enquadrado numa perspectiva de reabilitação urbana, opção mais sustentável para a produção de habitação, sobretudo em contextos de tecidos urbanos consolidados.

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO



CUSTO MÉDIO DE ARRENDAMENTO



O indicador **Licenças emitidas de reconstrução** é composto por três variáveis:

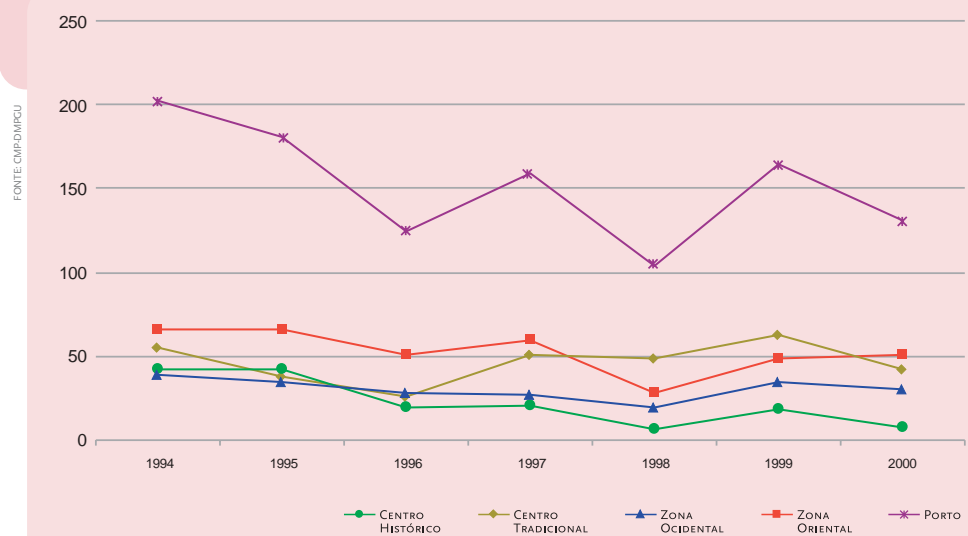
- licenças de reconstrução;
- licenças de transformação;
- licenças de ampliação.

Apenas foram consideradas as licenças emitidas para edifícios destinados a habitação.

A partir das cerca de 200 licenças de reconstrução emitidas em 1994, nota-se uma tendência decrescente nos valores recolhidos, atingindo as 131 licenças no ano 2000, embora com algumas oscilações ao longo do período observado.

Esta diminuição tem sido mais ou menos generalizada em todas as zonas da cidade, com particular destaque para o Centro Histórico em que os valores recentes são praticamente residuais, dado preocupante, face ao esforço que ainda é necessário empreender para se atingir a necessária requalificação do edificado que apresenta sinais evidentes de degradação.

LICENÇAS EMITIDAS DE RECONSTRUÇÃO



Dinamismo Económico

INDICADORES SELECIONADOS

- Variação anual do número de estabelecimentos
- Vendas de combustíveis
- Despesa total do Município por 1000 habitantes
- Passageiros em voos comerciais

LEITURA DO TEMA

No contexto global das alterações operadas ao nível das estruturas produtivas, as cidades têm procurado ajustar e desenvolver as respectivas economias urbanas afirmando-se como centros de dinamismo económico, geradores de riqueza e de emprego qualificado.

O dinamismo económico de uma cidade tende a influenciar directamente a sua Qualidade de Vida, sobretudo, se este estiver associado a um aumento do emprego qualificado e à diversificação da oferta de bens e serviços.

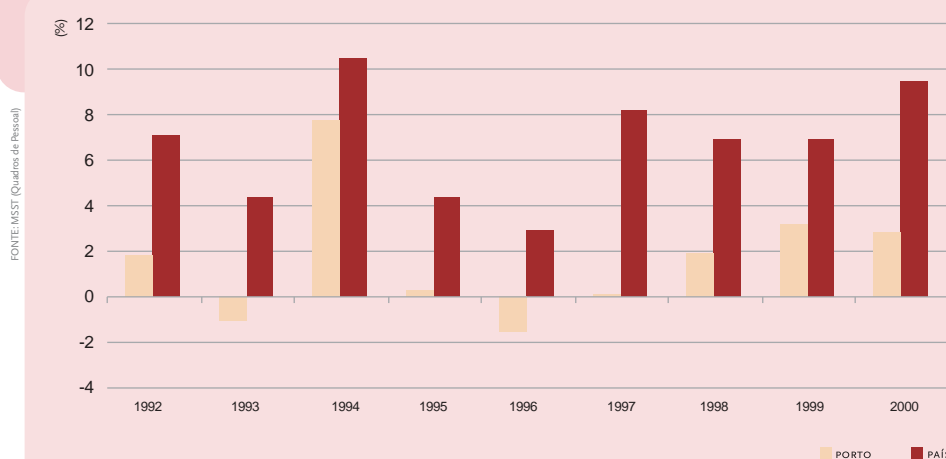
Um indicador que permite medir esse dinamismo é a variação anual do número de estabelecimentos.

Na última década, a variação do número de estabelecimentos na cidade do Porto foi significativamente distinta da registada a nível nacional. A um crescimento anual sempre positivo no caso do País, correspondeu, no caso do Porto, um comportamento oscilante do indicador, com valores sistematicamente inferiores e mesmo negativo nalguns dos anos considerados.

A esta situação não serão, certamente, alheios fenómenos de reestruturação e de deslocalização que atingem alguns sectores que constituem a base económica da cidade.

Para o cálculo do indicador **Variação anual do número de estabelecimentos** foi considerado o número total de estabelecimentos de todas as actividades económicas, com base nos Quadros de Pessoal do Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho.

VARIAÇÃO ANUAL DO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS

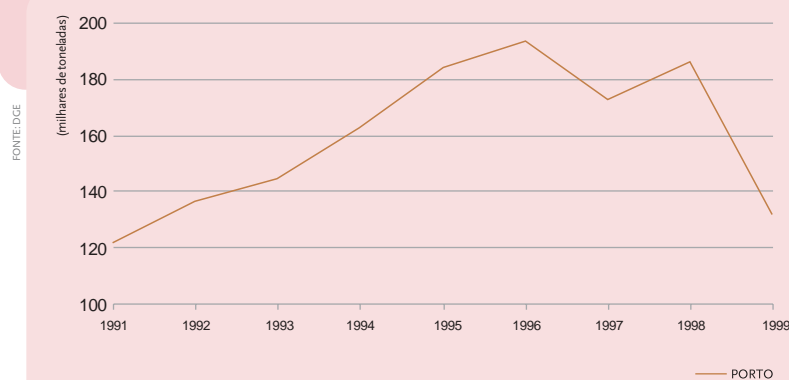


Para o cálculo do indicador **Vendas de Combustíveis** foram consideradas as vendas de gasolina (normal, super, IO95, IO98 e aditivada) e de gasóleo.

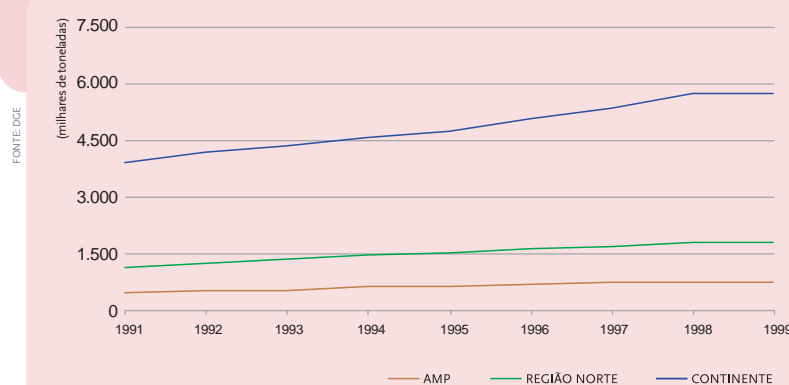
Um outro indicador utilizado para medir o dinamismo económico diz respeito às vendas de combustíveis.

Os dados disponíveis registam no Porto, em 1999, uma quebra considerável nas vendas de combustíveis, apresentando um valor ligeiramente acima do de 1991: de 121.280 toneladas em 1991 passa para 131.286 toneladas em 1999. Analisando a série temporal verifica-se que o indicador apresentou um forte crescimento até 1996 e a partir desta data entra em queda (embora ainda com uma ligeira subida em 1998), sendo esta bastante acentuada em 1999 (com uma taxa de crescimento negativa na ordem dos 30%). Contudo, esta evolução pode também ser explicada pela redistribuição geográfica dos pontos de venda de combustíveis que tiveram, fora da cidade do Porto, um crescimento significativo.

VENDAS DE COMBUSTÍVEIS



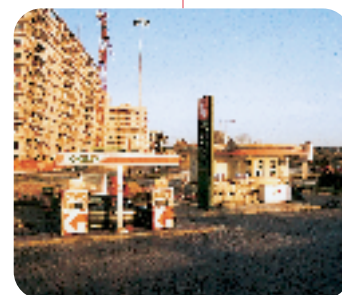
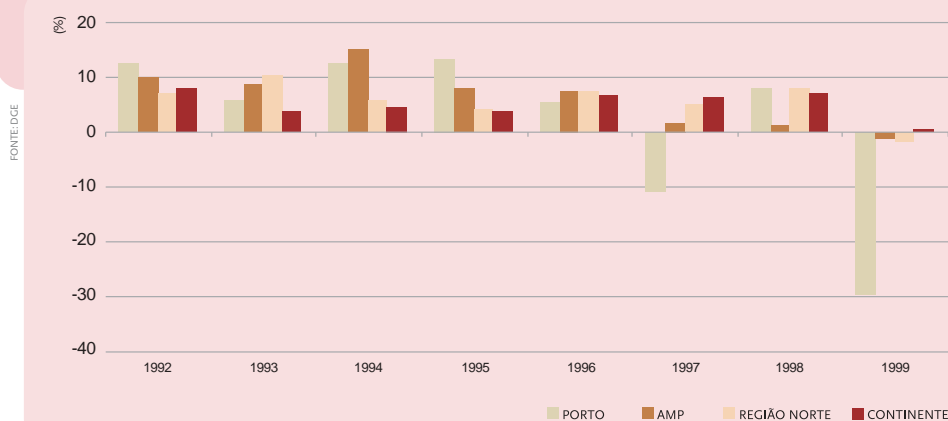
VENDAS DE COMBUSTÍVEIS



Comparando agora a evolução das vendas na cidade com outros âmbitos geográficos, verifica-se um comportamento diferente do indicado para o Porto, com valores sempre crescentes no Continente e apenas com uma ligeira quebra em 1999 nos casos da AMP e da Região Norte.

Estas evoluções são também evidenciadas pelo gráfico respectivo em que são representadas as taxas de crescimento das vendas de combustíveis e no qual se destacam, para a cidade do Porto, as acentuadas quedas verificadas em 1997 e em 1999.

VARIAÇÃO ANUAL DAS VENDAS DE COMBUSTÍVEIS



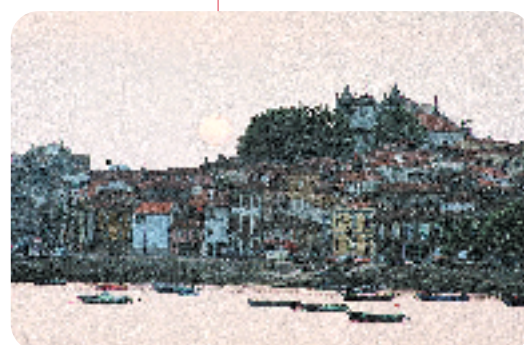
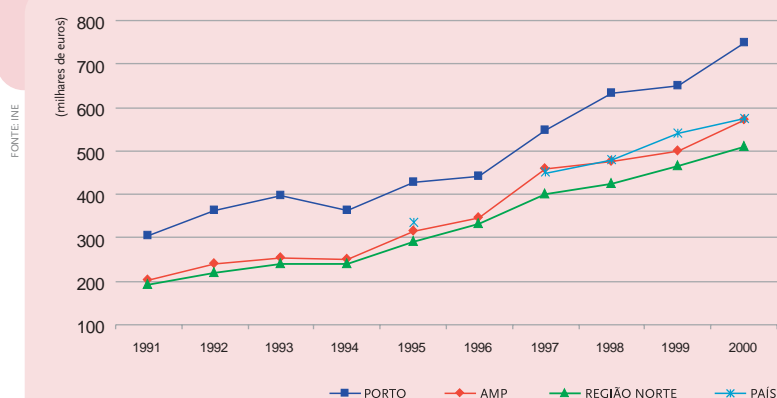
O dinamismo económico de uma cidade está também correlacionado com a capacidade financeira do poder local para desenvolver as suas actividades, com implicações directas nas possibilidades de realizar investimentos em diversos domínios. O indicador utilizado, a Despesa Total do Município por 1000 habitantes, incluiu quer as despesas correntes quer as despesas de capital.

Em 2000, a cidade do Porto tinha uma despesa de 748 milhares de euros por 1000 habitantes, em contraponto com os 305 milhares que se verificavam no início da década. A preços correntes, incluindo portanto o efeito da inflação, constata-se que ao longo da década a despesa total do município cresceu sempre, com excepção do ano de 1994, e normalmente com taxas muito superiores à da inflação.

Dados comparativos do Urban Audit
I: Despesa municipal anual: euros per capita – 1991/1998.

Média: 2419
Mínimo: 93 (Salónica, 1993)
Máximo: 9535 (Copenhaga, 1996)
Número de cidades da amostra: 43

DESPESA TOTAL DO MUNICÍPIO POR 1000 HABITANTES

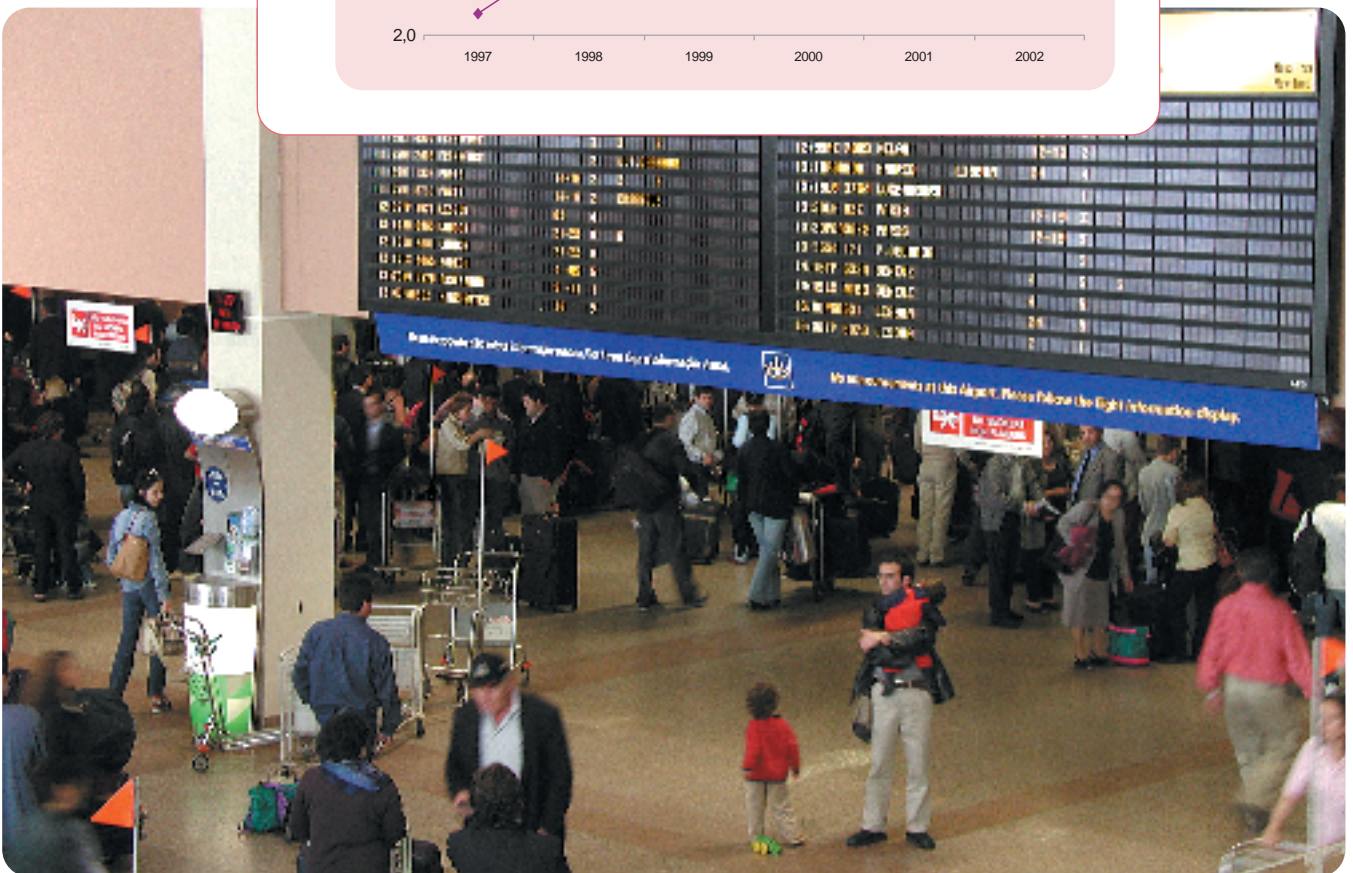
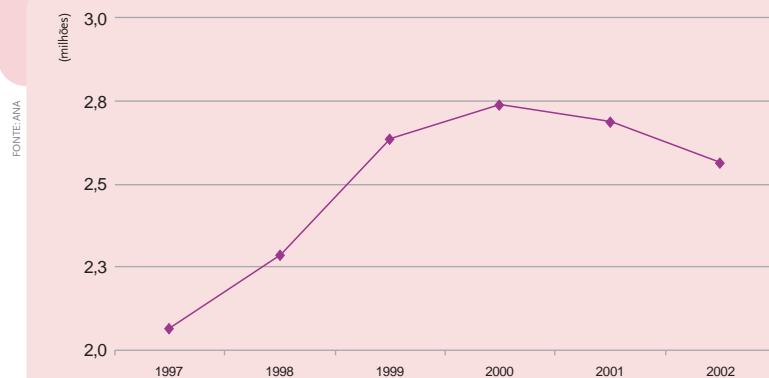


A despesa municipal para os outros âmbitos geográficos considerados tem um comportamento semelhante ao descrito para o caso do Porto, sendo que, neste caso, os valores são sempre superiores às médias dessas outras regiões: no ano 2000, o valor registado para o Porto era, respectivamente, 30% e 50% superior às médias nacional e da Região Norte.

Um último indicador, no âmbito deste tema, diz respeito aos passageiros em voos comerciais. A existência de um aeroporto numa cidade constitui uma importante infraestrutura de apoio à actividade económica, designadamente no que diz respeito ao sector do turismo.

Os dados utilizados dizem respeito ao aeroporto Francisco Sá Carneiro, cuja área de influência extrapassa claramente o âmbito da cidade do Porto, embora esta exerça um forte papel polarizador.

PASSAGEIROS EM VOOS COMERCIAIS NO AEROPORTO FRANCISCO SÁ CARNEIRO



O movimento de passageiros no aeroporto Francisco Sá Carneiro passou de cerca de 2 milhões em 1997 para 2,6 milhões em 2002. Constatase um crescimento acentuado até 2000, mas nota-se uma diminuição nos dois últimos anos, que atingiu quase os 5% em 2002, evolução esta a que não será alheia a alteração da política seguida pela operadora de transporte aéreo nacional.

Comparando o movimento do Aeroporto Francisco Sá Carneiro com o Aeroporto da Portela nota-se um comportamento semelhante, embora as quebras verificadas nos últimos anos sejam bastante menos acentuadas neste último.

Quadro Síntese

INDICADORES	UNIDADES	ÚLTIMO VALOR / ANO		TENDÊNCIA / PERÍODO		QV - SITUAÇÃO
RENDIMENTO E CONSUMO						
Remuneração média mensal (ganho)	€	882	1999	↑	1991/1999	😊
Quociente entre os percentis 8o e 2o da remuneração média mensal (ganho)	€	2,73	1999	—	—	😞
Pensionistas de invalidez e sobrevivência por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	122	1999	↓	1991/1999	😞
Beneficiários do Rendimento Social por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	53,8	2001	↓	1999/2001	😞
Levantamentos multibanco	milhões €	771	2002	↑	2000/2002	😊
Automóveis ligeiros por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	420	2000	↑	1994/2000	😊
Lares com acesso à internet	—	—	—	—	—	—
MERCADO DE TRABALHO						
Postos de trabalho por 1000 habitantes	nº/1.000 hab	829	2001	↑	1991/2001	😊
Dirigentes e trabalhadores com qualificação média e superior	%	11,1	1999	—	—	😞
Desempregados inscritos nos Centros de Emprego	nº	12.001	2002	↓	2000/2002	😞
MERCADO DE HABITAÇÃO						
Custo médio de aquisição	€/m²	1,362	2002	↑	2001/2002	😊
Custo médio de arrendamento	€/m²	7,7	2002	↑	2001/2002	😊
Licenças emitidas de reconstrução	nº	131	2000	↓	1994/2000	😞
DINAMISMO ECONÓMICO						
Variação anual do número de estabelecimentos	%	2,8	2000	↔	1992/2000	😊
Vendas de combustíveis	ton	131.286	1999	↓	1991/1999	😊
Despesa total do município por 1000 habitantes	milhares €	748	2000	↑	1991/2000	😊
Passageiros em voos comerciais	milhões	2,6	2002	↓	1997/2002	😊

Tendência evolutiva do indicador:

- ↑ Crescimento com impacto positivo para a QV
- ↓ Diminuição com impacto positivo para a QV
- ↔ Estabilidade
- ↓ Crescimento com impacto negativo para a QV
- ↓ Diminuição com impacto negativo para a QV

Apreciação presente da situação em termos de Qualidade de Vida:

- 😊 Boa
- 😊 Razoável
- 😞 Má

